



FOLHA DE METAL

www.metalcampinas.org.br

ANO XXII • Nº 437

Março / 2026



f i y /metalcampinas

"O povo não tem dinheiro, infelizmente. Vai ficar mais exposto a drogas, a jogos de azar. Pode ser o contrário. Ao invés de lazer, pode ser o mal. Qual é o lazer de um pobre numa comunidade? Ou num sertão lá do Nordeste?"

Marcos Pereira,
Deputado Federal (SP)
e Presidente Nacional
do Republicanos

ESCALA 6x1

"nós [o PL] vamos trabalhar para não deixar votar"

Valdemar Costa Neto,
presidente nacional do PL

"O povo tem que trabalhar até a exaustão"

Marco Feliciano,
Deputado Federal (PL-SP)

FIM DA ESCALA 6x1 JÁ!

Só a luta muda a vida!

Sindicato participará da I Conferência antifascista, em Porto Alegre

Não ao imperialismo, ao fascismo, ao racismo, à LGBTfobia e à misoginia! Em defesa dos direitos dos trabalhadores, da igualdade de gênero e de raça /etnia!

A I Conferência Internacional Antifascista pela Soberania dos Povos, que se realizará nos dias 26, 27, 28 e 29, em Porto Alegre, acontece num momento em que a classe trabalhadora sente os efeitos da violência política, da precarização do trabalho e do avanço de discursos autoritários no país.

O objetivo é construir uma estratégia articulada internacionalmente para enfrentar o avanço da extrema direita e do fascismo no Brasil e no mundo.

A história mostra que regimes autoritários, como o de Trump, nos EUA, e de Milei, na Argentina, atacam primeiro a organização dos trabalhadores: restringem greves, criminalizam movimentos sociais e concentram poder político e econômico. O resultado é perda de direitos, arrocho salarial e aumento da informalidade. Não podemos ficar assistindo ao que se passa nos países vizinhos e conti-

nuarmos achando que não seremos atingidos.

E é neste cenário que a I Conferência Antifascista vai reunir sindicatos, movimentos sociais, juristas e pesquisadores para discutir estratégias de defesa da democracia e dos direitos sociais.

Portanto, participar desse espaço, que é internacionalista, é fortalecer a organização coletiva diante de ameaças que começam no discurso, avançam na violência política e sempre resultam em retrocessos concretos na vida de quem vive do próprio trabalho.

Firme!



ELEIÇÃO DOS METALÚRGICOS

A eleição do Sindicato já tem data marcada: 26, 27, 28 e 29 de maio de 2026

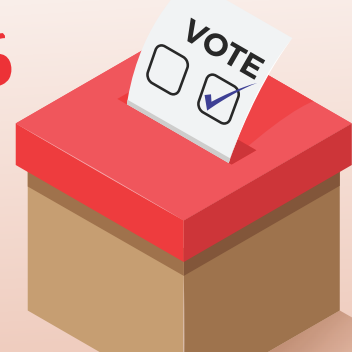
A eleição do Sindicato é um momento importante para a categoria, porque é por meio do voto que os trabalhadores e trabalhadoras fortalecem a organização sindical, trilhando os rumos da luta em defesa dos empregos, dos salários, dos direitos, e das condições de trabalho. Lutas estas definidas pelos delegados e delegadas presentes ao XV Congresso, e consolidadas nas Resoluções.

Conforme a alteração estatutária aprova em assembleia no dia

07/12/2025, o próximo mandato será de quatro anos.

Acompanhe as informações que em breve serão divulgadas nos jornais, site e redes sociais do Sindicato. Fortalecer o Sindicato é fortalecer a luta da categoria.

Domingo, dia 12/04 às 9h30, tem Assembleia para a escolha da Comissão Eleitoral, na Sede Central. Participe!



Podem participar e votar na Assembleia de escolha da Comissão Eleitoral todos os trabalhadores sócios, conforme o Estatuto do Sindicato

NÃO PODEM PARTICIPAR DA ASSEMBLEIA:

- Trabalhadores não sócios do Sindicato;
- Trabalhadores que não fazem parte da categoria.

SE LIGA!

- **TST condena Havan a pagar R\$ 100 mil a trabalhadora vítima de racismo**

Trabalhadora ouviu ofensas que remetem à escravidão dentro da empresa; TST reconhece a violência racial, aumenta indenização para R\$ 100 mil e reforça que racismo é crime



25/02/2026

CUT
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

- **Mutirão cumprirá mil mandados de prisão contra agressores de mulheres**

Comitê anuncia plano de combate à violência de gênero no Brasil



04/03/2026

agênciaBrasil

- **QualificaProBR: Governo do Brasil lança plataforma que conecta trabalhadores a cursos gratuitos com base em dados do mercado**

Ministro Luiz Marinho destaca papel social da tecnologia, qualificação da juventude e inclusão feminina no mercado de trabalho durante lançamento



04/03/2026

gov.br

- **SUS ganha neste mês teleatendimento para mulheres expostas à violência**

Serviço chegará a todo o país até junho



05/03/2026

agênciaBrasil

- **Nenhuma violência pode ser justificada em nome da fé, aponta teóloga sobre agressões contra mulheres evangélicas**

Em entrevista especial, a teóloga Valéria Cristina Vilhena defende uma fé comprometida com a justiça de gênero



07/03/2026

Brasil de Fato

Argentina mostra o caminho do retrocesso

Se a classe trabalhadora brasileira não reagir, nossos direitos serão os próximos a cair

Os ataques aos direitos trabalhistas desferidos pelo governo de **Javier Milei** na Argentina na madrugada do dia 20/02, se não acenderam, devem acender um baíta alerta para os trabalhadores brasileiros.

A chamada Lei de Bases e o pacote de desregulamentação, aprovados por 135 votos e 115 contrários, flexibilizam indenizações por demissão, ampliam contratos precários, restringem o direito de greve em setores considerados “essenciais” e reduzem o peso das multas aplicadas a empregadores que descumprem a legislação trabalhista. Esse pacote de maldades é uma das principais bandeiras da gestão de Milei.

Centrais sindicais argentinas já denunciam o enfraquecimento da negociação coletiva e a perda de proteção ao emprego.

Este roteiro não é estranho ao Brasil

A Reforma Trabalhista de 2017 alterou mais de 100 pontos da CLT, instituiu o “negociado sobre o legislado” em diversos temas e retirou a principal fonte de financiamento sindical ao extinguir a contribuição obrigatória. Dados do Dieese indicam que, após a reforma, houve redução de acordos coletivos com ganhos reais e queda nas ações trabalhistas, que segundo especialistas é um reflexo do aumento dos custos e riscos para o trabalhador que busca a Justiça.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) classifica a liberdade sindical e a negociação coletiva como pilares democráticos. Quando esses direitos são atacados e enfraquecidos, crescem a precarização, a rotatividade e a informalidade. No Brasil, propostas de “modernização” das relações de trabalho nunca geraram os empregos prometidos e ainda seguem em debate no Congresso, com defesa de ampliação de contratos temporários, flexibilização de jornada e redução de encargos.

O que ocorre na Argentina comprova que retrocessos podem ser aprovados em ritmo tão acelerado quanto o ritmo das máquinas quando há maioria política (parlamentares) comprometida com a agenda ultraliberal da extrema direita.

Portanto, os direitos trabalhistas brasileiros, conquistados em 100 anos de luta, que não foram reduzidos e/ou extintos pela reforma trabalhista de 2017, estão sob risco real.

Nossa classe e nossa categoria precisam olhar para este cenário, se reconhecer e lutar contra ataques como estes, antes que seja tarde demais.



Forum Econômico Mundial/Ciaran McCrickard

O QUE MUDOU NA ARGENTINA:

- Jornada de trabalho aumentou para até 12 horas diárias; 48 horas semanais
- Compensação de horas extras em banco de horas.
- Aumento do período de experiência para até 12 meses
- A retirada das férias e do 13º salário das indenizações de rescisão
- Substituição da indenização tradicional por um fundo, reduzindo o custo da demissão e com parcelamento de até um ano
- Restrições no direito de greve, com a ampliação dos “serviços essenciais
- Possibilidade de pagamento em moeda estrangeira
- Empresas que descumprem a lei passaram a ter menos penalidades
- Mudanças dificultam as ações trabalhistas

Infância criminalizada

O Congresso da Argentina aprovou no dia 27/02 uma reforma que reduz a idade de responsabilidade penal de 16 para 14 anos. A medida, mais uma das principais bandeiras de campanha do presidente Javier Milei, permite que adolescentes de 14 e 15 anos sejam julgados e condenados por crimes graves, com penas que podem chegar a até 15 anos de prisão.

A proposta foi aprovada primeiro na Câmara dos Deputados, por 149 votos a favor e 100 contras, e posteriormente confirmada pelo Senado argentino, com 44 votos a favor e 27 contrários.

Em vez de criar políticas sociais para proteger adolescentes e estimular a educação como forma de reduzir a violência juvenil, principalmente entre a população mais vulnerável, o governo Milei defendeu a medida como forma de endurecer o “combate ao crime”.



EUA tentam ampliar controle militar na América Latina

No dia 7, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, realizou em Miami (Flórida) a cúpula Escudo das Américas, onde anunciou a criação de uma coalizão militar para atuar contra cartéis de drogas na América Latina.

Participaram do encontro 12 países latino-americanos e do Caribe, aliados do trumpismo, entre eles Argentina, El Salvador, Paraguai, Equador, Panamá, Honduras, Guiana, Bolívia, Trinidad e Tobago, Costa Rica, República Dominicana e Chile. O acordo prevê cooperação militar, troca de informações de inteligência e treinamento das forças armadas desses países pelos Estados Unidos.

No discurso de lançamento, Trump afirmou que a coalizão pretende “erradicar os cartéis criminosos que assolam a região” e comparou a iniciativa às operações militares feitas pelos EUA no Oriente Médio contra o grupo ISIS.

O governo norte-americano também declarou que o projeto busca conter a influência de países considerados rivais, como China e Rússia, que vêm ampliando relações comerciais e tecnológicas com países latino-americanos.

A proposta, porém, gerou críticas porque autoridades dos EUA afirmaram que podem agir militarmente na região “se necessário”, o que levanta preocupações sobre interferência externa e violação da soberania dos países latino-americanos.

Brasil, México e Colômbia não participaram.

Trocando em miúdos: os EUA estão tentando montar uma aliança militar na América Latina sob a alegação de combater o narcotráfico, mas o objetivo é também para reforçar sua influência política e estratégica na região, colocando em xeque a soberania dos países latino-americanos além e aponta para um arriscado crescimento da influência dos Estados Unidos no continente.



A extrema-direita quer acabar com os seus direitos

Valdemar Costa Neto,
presidente nacional do PL

Marco Feliciano,
Deputado Federal (PL-SP)

Marcos Pereira,
Deputado Federal (SP)
e Presidente Nacional
do Republicanos



Durante o debate sobre o fim da escala 6x1 no Congresso Nacional, lideranças da extrema direita voltaram a atacar frontalmente os direitos da classe trabalhadora.

O deputado federal Marcos Pereira (presidente do Republicanos) argumentou que um dia a mais de descanso poderia levar trabalhadores às “drogas e vícios”.

No mesmo tom, o deputado Marcos Feliciano (PL-SP) afirmou que, para haver prosperidade, os trabalhadores deveriam suportar jornadas exaustivas, citando como exemplo países como Estados Unidos e Japão.

Já o presidente do PL, Valdemar da Costa Neto, chegou a declarar que vai “dar a vida” para impedir a aprovação da PEC 08/25, que beneficia os trabalhadores.

Cabe lembrar que a Proposta de Emenda à Constituição foi apresentada pela deputada Érika Hilton (PSOL-SP).

A contradição da bancada evangélica

As declarações revelam o desprezo de parte do Congresso, neste caso especificamente da bancada da Bíblia, pela vida humana, principalmente de quem vive do trabalho. Para esses parlamentares e seus partidos, o problema não é a jornada extenuante, o adoecimento no trabalho, a desigualdade social ou o tempo roubado da convivência familiar. O problema, para eles, é o trabalhador ter tempo livre para pensar e cuidar de si e dos seus. Ou seja, para eles, trabalhador cansado trabalha mais e questiona menos.

Enquanto milhões enfrentam 6 dias seguidos de trabalho em péssimas condições, sob calor e sol escaldante, chuva intensa, transporte precário e salários apertados, a riqueza produzida pelo suor coletivo conti-

nua concentrada nas mãos de poucos, grandes empresários, acionistas e banqueiros.

A profunda contradição nessa ofensiva mostra que muitos dos parlamentares que lideram esses ataques integram a chamada bancada da bíblia, que afirma defender valores cristãos. No entanto, ao apoiar jornadas exaustivas e a retirada de direitos, caminham na direção oposta daquilo que o próprio evangelho prega: justiça social, proteção aos pobres e dignidade para quem vive do trabalho.

Na prática, o projeto defendido por essa aliança entre empresários e parte da bancada da bíblia é claro: mais trabalho para o povo e mais riqueza para poucos.

Por isso, a luta pelo fim da escala 6x1 vai além de um dia a mais de descanso. Trata-se de disputar o tempo de vida da classe trabalhadora, e de enfrentar um Congresso que insiste em transformar o cansaço, o adoecimento e a morte do povo em lucro para a elite.

"Engessamento da jornada compromete autonomia",

diz Paulo Skaf, filiado do Republicanos e presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), que é contra o fim da escala 6X1.





Pela igualdade de gênero

O fim da jornada 6X1 é ainda mais importante para as mulheres



Neste 8 de Março, Dia Internacional de Luta das Mulheres, os movimentos sociais e sindicais colocaram o fim da escala 6x1 no eixo central da mobilização. A jornada de 6 dias de trabalho para apenas 1 de descanso aprofunda desigualdades que já marcam a vida das mulheres trabalhadoras.

No Brasil, segundo o IBGE (Censo 2022), as mulheres dedicam 21,3 horas semanais aos afazeres domésticos e cuidados, enquanto os homens dedicam 11,7 horas. Ou seja, mesmo após a jornada formal de trabalho, milhões de mulheres seguem trabalhando dentro de casa. Para muitas, a soma entre emprego, deslocamento e trabalho doméstico ultrapassa 11 horas diárias de atividade.

A escala 6x1 agrava essa realidade, porque o único dia de descanso costuma ser consumido por tarefas acumuladas da casa e pelo cuidado com filhos e familiares. O resultado é a falta de tempo para descanso, estudo, qualificação profissional e participação social.

Esse debate também envolve autonomia financeira e emprego. As mulheres

- Pela vida das mulheres
- Contra o imperialismo
- Pelo fim da escala 6X1
- Fora Trump, Tarcísio e Dário



Pastor da Igreja Universal do Reino de Deus e Deputado Federal Marcos Pereira

Enquanto você trabalha mais, recebe menos, e encara a dupla ou tripla jornada, cuidando da casa, dos filhos e dos familiares idosos, eles e os amigos comem bife com ouro que custa cerca de R\$ 9 mil, em Nova Iorque



Pastor da Igreja Assembleia de Deus e Deputado Federal

“Quando você estimula uma mulher a ter os mesmos direitos do homem, [...] a sua parcela como mãe começa a ficar anulada”

enfrentam historicamente taxas de desemprego mais altas que as dos homens, além de maior presença em empregos precários e mal remunerados. Estudos apontam que a redução da jornada de trabalho pode gerar novos postos de trabalho, ampliando oportunidades de contratação e contribuindo para reduzir o desemprego feminino.

Por isso, defender o fim da escala 6x1 e a redução da jornada sem redução salarial é enfrentar uma estrutura que concentra renda, precariza o trabalho e sobrecarrega as mulheres. É disputar o direito ao tempo: tempo para descansar, estudar, conviver com a família, participar da vida política, cultural e comunitária.

Mais do que uma pauta trabalhista, essa é uma pauta de igualdade e dignidade. Garantir tempo, trabalho digno e autonomia econômica para as mulheres é passo fundamental para construir uma sociedade mais justa. Porque as mulheres não lutam apenas para sobreviver, mas para viver com direitos, respeito e liberdade.

TEMOS DIREITOS, EXIGIMOS RESPEITO!

**ENTRADA LIBERADA
P/ SÓCIAS E CONVIDADAS**

NOVA DATA

DOMINGO

22/03

No Clube de Campo das 10h às 18h

PROGRAMAÇÃO ESPECIAL VOLTADA PARA A MULHER

- Aula de Zumba
- Bingo (4 rodadas)
- Barracas de Artesanatos

